



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 28 de maio de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,15% São Paulo	125.650	21/maio 5,116	R\$ 1.412	R\$ 5,617	10,40%	10,38%	Dezembro/2023 0,56
0,01% Nova York	124.496	22/maio 5,156					Janeiro/2024 0,42
	22/5 23/5 24/5 27/5	23/maio 5,154					Fevereiro/2024 0,83
		24/maio 5,167					Março/2024 0,16
							Abril/2024 0,38

CONJUNTURA

A nova linha da Petrobras

Enquanto a nova presidente, Magda Chambriard, adota um tom conciliador, o ministro Alexandre Silveira deixa claro que o governo é quem comanda a estatal

» RAPHAEL PATI
» RAFAELA GONÇALVES

Fernando Frazão/Agência Brasil



Magda Chambriard se diz disposta a "conversar muito" com os acionistas da Petrobras

Na primeira entrevista após ser designada para o cargo, a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, reforçou o compromisso que terá pela frente com os acionistas minoritários e majoritários da petrolífera. Em tom conciliador, a chefe da estatal defendeu o diálogo para a distribuição de dividendos e o respeito à lógica empresarial.

"Dando lucro, sendo tempestiva, atendendo aos interesses tanto dos acionistas públicos quanto privados, nós vamos fazer (o pagamento de dividendos). A palavra-chave é conversa. Teremos que conversar muito e entender muito as demandas de cada um. Vamos colocar a Petrobras à disposição dos interesses de seus acionistas, dentro da lógica empresarial", disse Chambriard, no Rio de Janeiro.

Segundo a presidente, a empresa deve ser rentável, mas atender aos interesses dos acionistas minoritários e majoritários. Durante a entrevista, citou diversas vezes a palavra "lucro" e garantiu que dará prioridade ao fechamento das contas no azul. Ela também ironizou os investidores que criticaram a escolha dela: "Quando eu fui indicada, as ações caíram. Pensei: 'gente, é hora de comprar'", satirizou.

Sobre a questão dos dividendos, Chambriard não confirmou se vai aderir à política de distribuição integral ou parcial dos valores. Acrescentou que terá que "ver isso com carinho".

Em relação à política de preços definida logo no início do

governo Lula, que substituiu a Paridade de Preços de Importação (PPI), utilizada na gestão anterior, a nova presidente disse que manterá o objetivo de "abrasileirar" os combustíveis, e afirmou ser "indesejável" ter uma instabilidade nos preços.

Ingerência

Em Belo Horizonte, sem rodeios, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reforçou o comando do governo sobre a Petrobras. Em evento do Grupo de Trabalhos de Transição Energética do G20, ele afirmou que o Executivo deve agir como "controlador" e definir os rumos da companhia.

Ao mencionar a mineradora

Vale, Silveira afirmou que a situação da Petrobras é diferente. "A Vale é uma corporation, onde o governo não é controlador. Mesmo assim, somos formadores de políticas e somos reguladores do setor mineral. Agora, a Petrobras, nós podemos muito mais do que isso. Somos controladores e não podemos nos envergonhar disso", disse.

O ministro lembrou que seis dos 11 conselheiros da petroleira são indicados pelo governo. "O que o governo quer na Petrobras? Que continue sendo uma empresa atrativa para o investidor nacional e internacional; que tenha uma governança segura. Agora, ela tem um dever social", ponderou.

O titular da pasta disse ainda

estar otimista em relação a Magda Chambriard. "As pessoas não entenderam que a agenda que eu defendo é uma agenda na qual eu acredito, mas é uma agenda do Brasil, uma agenda do governo. Ela conhece a agenda e vai fazer com esse espírito de manter a empresa sob uma gestão que dê credibilidade para investidores", comentou.

Em seguida, Silveira afirmou respeitar a governança da companhia. "Todos os projetos que nós queremos para o Brasil têm que passar por uma governança da Petrobras, nós não intervimos nessa governança. Eu sempre deixei isso muito claro, nunca liguei nem nunca vou ligar para interferir no governo da Petrobras", emendou.

Criação do Cartão Gás que beneficia 280 mil pessoas.

Foi este GDF que fez. E está fazendo muito mais.



O preço da inflação

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as projeções para a inflação para os próximos anos. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,80% para 3,86% em 2024.

Essa é a primeira revisão ampla, em quase todo o horizonte da pesquisa. A previsão para a inflação de 2025 também avançou, de 3,74% para 3,75%. A estimativa para 2026 foi elevada de 3,50% para 3,58%. Apenas a projeção para 2027 permaneceu inalterada, em 3,50%.

A meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3% em 2024 e em 2025. A margem de tolerância para que ela seja considerada cumprida é de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

A revisão das expectativas indica que o mercado já está precificando o descumprimento da meta fiscal, conforme destacou Gabriel Meira,

especialista em commodities da Valor Investimentos. "O mercado está entendendo que o cumprimento da meta de inflação não vai acontecer. Somado a isso, ainda teremos no ano que vem uma substituição do presidente do BC por uma indicação do governo", afirmou.

Em evento com empresários em São Paulo, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, alegou que há uma "tentativa de politizar as decisões" do Banco Central. "Não foi isso que aconteceu, é só mais um momento que temos que manter a serenidade, falar que foi técnico. O tempo é o melhor remédio, acho que as nossas decisões vão mostrar que são técnicas", alegou.

As novas expectativas de inflação, somadas à ata da última reunião do Copom, colocam firmes esperanças de que os juros terminem o ano em um dígito. As projeções para a Selic, de acordo com o Focus, foram mantidas em todo o horizonte da pesquisa, ficando em 10% para 2024 e em 9,0% em 2025, a mesma estimativa para 2026. (RG)



RAUL VELLOSO

NOS REGIMES MUNICIPAIS, A TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO REAL DOS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS FOI DE CHOCANTES 12,5% A.A. EM 2011-18. JÁ O ESPAÇO PARA OS DEMAIS GASTOS SE ESTREITOU, DE FORMA QUE A TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DESABOU PARA -5,4% AO ANO EM 2010-22

A hora e a vez do ajuste municipal

O agravamento da situação financeira dos municípios foi o tema que mais se destacou no noticiário econômico dos últimos dias, em parte pela realização da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Essa crise teve origem lá atrás, na Assembleia Constituinte de 1988, e vem piorando ao longo do tempo, basicamente porque esses entes passaram a assumir um volume cada vez maior de obrigações nas áreas de saúde, educação e assistência social. Para atuar ali de forma mais incisiva, foi necessário contratar um número bem maior de servidores, embora sem uma definição clara e adequada das fontes de custeio de vários custos adicionais incorridos, algo que, idealmente, deveria ter surgido naturalmente como parte do mesmo processo.

E juntamente com o que ocorresse com o pessoal ativo, uma consequência inevitável seria a

disparada dos gastos previdenciários que se seguiu ao crescimento dessas contratações, sem falar no aumento dos dispêndios com contribuições sobre a folha de pagamento junto ao INSS.

Já nos regimes próprios municipais, a taxa média de crescimento real desses gastos foi de chocantes 12,5% a.a. em 2011-18, bem acima das demais. Daí a importância do equacionamento dos elevados déficits previdenciários que se seguiram.

Enquanto isso, sem providências para evitar o que se seguiria, o espaço para os demais gastos, em todos os entes públicos, se estreitou significativamente, de forma tal que a taxa média de crescimento dos investimentos públicos agregados em infraestrutura acabou desabando para -5,4% ao ano em 2010-22. E não foi por outra razão que a taxa média de crescimento do PIB, que nos anos 1970 oscilava em torno de 7% ao ano, acabaria desabando para 1,2% ao ano em 2010-22.

Um ponto importante a destacar é que, como na previdência municipal predomina o Regime Geral, com contribuição patronal de 20% sobre a folha, seguiram-se, do que foi dito acima, gastos bem mais elevados com tais contribuições à previdência social que os municípios passaram a desembolsar. Por conta disso, ganhou bastante espaço no debate a importância da desoneração da folha.

O acúmulo de tamanhos gastos adicionais nos municípios acabou levando à suspensão não previamente combinada de pagamentos relacionados com as próprias contribuições patronais à previdência social, ou, no caso dos que tinham regimes próprios, aos respectivos fundos, sem falar em obrigações ligadas a precatórios. Daí ter surgido o montante chocante de quase R\$ 500 bilhões de dívidas à parte da contratação convencional (sendo R\$ 250 bilhões de dívidas contraídas junto ao Regime Geral,

50 bilhões aos Regimes Próprios e R\$ 196 bilhões para precatórios), à espera de alguma solução.

Em reação ao elevado crescimento dos passivos atuariais consolidados em si (hoje alcançando o montante de cerca de R\$ 1,1 trilhão), em face dos novos compromissos assumidos com aposentadorias e pensões, a saída é conhecida e se chama "equacionamento previdenciário", outro nome para a tentativa de zerar os passivos atuariais, algo que, sem soluções rápidas, acabará ficando cada vez mais complicado.

O que já foi feito na direção de arrumar a casa? Devem-se destacar os ingentes esforços da CNM, que vem apresentando diagnósticos relevantes sobre o assunto, propondo o citado equacionamento previdenciário, assessorando grupos de municípios na busca de soluções, fazendo gestões cuidadosas, mas incisivas, junto ao meio político em geral, alertando para o fato de que vários municípios teriam assumido elevados compromissos financeiros na área de gastos sociais sem fontes adequadas de

custeio, o que tende automaticamente a levar ao aumento formal ou informal de endividamento. E a busca de um equacionamento definitivo da situação fiscal em um sentido amplo, sem precisar recorrer a soluções irregulares ou atípicas (como a mera suspensão de pagamentos).

Vem também defendendo inssistentemente uma proposta de desoneração da tributação sobre a folha de pagamento junto ao INSS, que parece evoluir para um final favorável aos entes subnacionais, acreditando-se na possibilidade de uma solução de consenso entre as partes envolvidas no prazo de 60 dias.

Para concluir, na sua Emenda nº6, a PEC que vem de ser encaminhada tem seis medidas de sustentabilidade fiscal dos municípios e uma medida de compensação para a União, por falta de estimativa de impacto de medidas e por não ter as necessárias medidas compensatórias, exigências legais essas que não tinham sido cumpridas: 1- Modelo de desoneração da contribuição para o Regime Geral, que

começa com 8% e vai progredindo ao longo dos anos; 2- Parcelamento especial das dívidas dos municípios, que, além do passivo atuarial, têm uma dívida muito grande junto ao Regime Geral e no que se refere a precatórios; 3- Novo modelo de quitação de precatórios (diante do valor elevado dos precatórios, limitar o seu pagamento a um percentual factível de sua receita corrente líquida sem deixar que os que têm o direito a recebê-los não tenham de esperar por um período demasiadamente longo); 4- Equiparação das regras dos regimes próprios dos municípios às da União, algo que deveria ter sido feito no esforço de 2019; 5- Prorrogação da desvinculação de receitas dos municípios até 2032, incluindo as contribuições, para aumentar o respectivo fôlego; 6- Algumas regras para tornar mais claro o aporte de ativos, pois não cabe cobrança de Pasp sobre os recursos dos regimes próprios de previdência. (O tema deste artigo será debatido hoje às 11h, em https://www.youtube.com/watch?v=kA4_XW7zzZU).